



Luta, sangue e resiliência: a emboscada sangrenta não foi capaz de silenciar o movimento sindical dos/as trabalhadores/as da educação, no Extremo Sul da Bahia

Neilton Castro da Cruz¹

Seduc/Porto Seguro/Brasil

neiltoncastro@yahoo.com.br

Resumo: Neste trabalho busquei trazer à baila um fato que marcou a vida de uma região, considerando, sobretudo, um bárbaro assassinato, o qual, tendo em vista a motivação e a forma como foi executado, produziu efeitos na dinâmica da organização das lutas, não só em Porto Seguro, onde tudo aconteceu, mas também em todas as 26 cidades que compõem a Regional Sul, onde a APLB atua. Cabe destacar que a covardia, que fez tombar dois professores, dois pais de família, não foi capaz de deter a capacidade resiliente do movimento sindical, como supostamente pensaram. A luta segue, e o grito por justiça continua ecoando em todo o território baiano.

Palavras-chave: Movimento; Luta; Resiliência; Justiça.

Introdução

O movimento sindical tem investido pouca energia e/ou pouco esforço para registrar/escrever² acerca de suas lutas, seus enfrentamentos, os desafios e perdas, algumas, irreparáveis. Nesse sentido, este trabalho traz como objetivo central, apresentar, descrever e, em alguma medida, analisar o movimento presente em Porto Seguro, que se apresenta de forma mais e combativa, a partir de 2004, quando se posicionou de forma mais organizada. Postura que vai ao encontro do que Bogo (2010) afirma. Segundo o autor, a organização é a vestimenta que encobre o corpo e a consciência na luta de classes.

A proposta traz o ousado interesse de contextualizar a capacidade resiliente da experiência de um movimento presente na região do Extremo Sul da Bahia, em Porto Seguro, o qual, desde 2009, vem convivendo com a perda, o luto, o medo, contudo, sem

¹ É Professor da Rede Municipal de Ensino de Porto Seguro. Está Vice-Diretor/Presidente da Delegacia Costa do Descobrimento e da Coordenação da Regional Sul da APLB, sindicato da educação. Possui graduação em Pedagogia, pela Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). Especialização da Gestão da Política Pública, pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Mestre e Doutor em Educação, pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). É membro do Grupo de Pesquisa vinculado à Universidade do Estado da Bahia (UNEB XVIII), intitulado Temporalidades cotidianas de discentes da Educação de Jovens e Adultos: configuração dos tempos escolares e extraescolares.

² Ao realizar busca no Banco de Teses e Dissertações da CAPES, com o enunciado “Movimento sindical e Educação na Bahia”, o único trabalho que consta não aborda a educação na perspectiva escolar.

perder de vista o desejo de que a justiça seja feita, bem como a garantia da carreira, dos direitos, melhores condições de trabalho e valorização dos/as profissionais da educação.

Nesse exercício, é legítimo o interesse em trazer para este tão importante evento, de cunho internacional, a denúncia do que é possível acontecer, em pleno século XXI, com quem ousa lutar e/ou denunciar as barbaridades que são cometidas contra a educação e os/as profissionais que nela atuam. Além disso, também é relevante evidenciar a histórica postura, por parte de quem ocupa o espaço de poder, nesse caso, o poder político, em relação a quem atua em defesa dos direitos coletivos, como os sindicatos, por exemplo.

O município de Porto Seguro atualizou o plano de carreira de 1998 no final do ano de 2001. Nessa medida, o Estatuto (Lei 424/2001), e o Plano de Carreira (Lei 422/2001) passaram a vigorar no final de dezembro do citado ano, quando foram publicadas. Apesar disso, até 2006, pelo menos, só as pessoas próximas da diretoria sindical e a própria direção eram as únicas que sabiam e tinham acesso as gratificações que a maioria nem sabia que existiam.

Foi a partir desse contexto que a Associação dos Trabalhadores em Educação de Porto Seguro (ATEPS) foi pensada e criada, muito especificamente, para fortalecer a luta, acolher os anseios da categoria e, sobretudo, para que os direitos coletivos fossem de fato disponíveis e acessados por todos/as os/as servidores/as da rede. A citada associação, no interstício do tempo, se tornou uma espécie de divisor de águas do movimento da educação em Porto Seguro.

1 A criação da ATEPS como instrumento de luta

Por volta de 2004, o professor (hoje, amigo) Geovani³, ventilou a ideia de ser criada uma associação voltada aos trabalhadores e trabalhadoras da educação. A proposta levantada estava relacionada a inquietações acerca da postura da diretoria do sindicato

³ Era professor do curso de Pedagogia, vinculado à Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC, a partir de uma proposta de formação específica (Programa de Formação de Professores/as em Exercício – PROFORMAÇÃO), destinada a professores/as da rede municipal de Porto Seguro. Foram disponibilizadas 50 vagas, por meio de um processo seletivo específico (vestibular).



que representava a educação, não só a municipal, mas também a estadual, desde quando foi criado, em 1999.

Nessa medida, durante o ano de 2004, sob a liderança do docente anteriormente mencionado, a ideia de criar a tal associação foi sendo maturada pelo grupo. O debate foi ocorrendo, e as possibilidades foram sendo consideradas, efetivamente.

Depois de muitas reuniões, primeiro no quintal do professor Geovani, depois com grupos maiores, especialmente na Escola Frei Calixto (atual Professor Álvaro Henrique Santos) e na Escola Governador Paulo Souto, localizadas no maior bairro do município, o Frei Calixto, bem como na Escola Municipal de Porto Seguro, localizada no centro da cidade, a ideia da associação foi sendo materializada.

Dito isso, no dia 22 de dezembro de 2004, ocorreu a primeira reunião (27 pessoas presentes), a qual tinha como objetivo central, definir a criação da associação. No dia 14 de janeiro de 2005 (20 pessoas presentes), ocorreu o segundo encontro formal. A terceira assembleia se deu no dia 20 de janeiro de 2005. Na última, foi definido pelo grupo participante (70 pessoas assinaram), a aprovação do Estatuto da Entidade, bem como da diretoria provisória. Assim sendo, no dia 7 de março de 2005, no Cartório de Registro de Imóveis e Hipotecas, Títulos, Documentos e Registro Civil das Pessoas Jurídicas, Comarca de Porto Seguro/BA, foi registrada a Ata do Termo de Abertura da Associação dos Trabalhadores da Educação do Município de Porto Seguro. No dia 29 de abril de 2005, no mesmo estabelecimento, foi registrado o Estatuto, sob o nº 531 do livro A.

Com a ATEPS registrada, um movimento organizado passou a defender não só os direitos dos trabalhadores/as, mas também da educação pública da cidade. A referida entidade começou a desenvolver ações que a colocaram numa condição de significativa representatividade. Mesmo sem recursos financeiros, a ATEPS passou a organizar encontros, debater questões e promover formação política e sindical. Começou, também, a realizar denúncias das condições em que a educação acontecia. Tais ações se materializavam por meio de exposição de imagens projetadas em praças públicas, em debates ocorridos nas reuniões escolares (com a presença das famílias), de entrevistas nas rádios e jornais impressos e, especialmente, por meio de denúncias formalizadas junto ao Ministério Público Estadual – MPE.

Posto isso, no contexto das discussões que passaram a ocorrer e, sobretudo, a partir da conduta da associação, foi quase “natural”, da parte do movimento, a sugestão de que o mesmo grupo que estava à frente da ATEPS participasse das eleições do Sindicato.

2 A chegada à APLB-Sindicato

O movimento sindical, no campo educacional da Bahia, possui mais de sete décadas. Em 2025, completou 73 anos de existência. A Associação dos Professores Licenciados do Brasil/Secção da Bahia – APLB-BA – foi fundada em 1952. Conforme Santos e Machado (2022, p. 962), “com a promulgação da Constituição Federal em 1988, quando se tornou livre a organização sindical aos trabalhadores da educação, a APLB⁴ se reorganizou internamente, adquirindo a condição de sindicato no ano de 1989”.

Na região do Extremo Sul da Bahia, a APLB-Sindicato conta com quatro Delegacias Sindicais, quais sejam: Costa do Descobrimento⁵ (Porto Seguro, Santa Cruz Cabrália, Itagimirim, Itabela e Guaratinga), Costa Sul (Eunápolis, Itapebi, Belmonte, Itamaraju, Jucuruçu e Nova Viçosa), Extremo Sul (Teixeira de Freitas, Prado, Alcobaça, Mucuri e Caravelas) e Vale do Sul (Medeiros Neto, Ibirapuã, Lajedão e Itanhém). A Regional Sul, da qual as delegacias acima citadas fazem parte, possui ainda mais uma delegacia, que é formada por Camacan (sede), Pau-brasil, Santa Luzia, Arataca e Mascote

Tendo em vista as provocações da parte de quem acompanhava a associação, e/ou de quem, mesmo de longe, reconhecia a representatividade no grupo, houve indícios de que a diretoria da APLB-Sindicato, que já estava desde 1999, articulou desfilando algumas pessoas para impedir a participação de uma chapa concorrente nas eleições que estavam por vir, a de 2006.

Além dessa questão, o grupo que estava à frente da associação não sabia, por exemplo, que para participar da disputa eleitoral, era preciso compor chapa em Porto Seguro e mais quatro cidades. Isso inviabilizou, pelos prazos estabelecidos no edital,

⁴ A APLB está organizada em 18 regionais. Encontra-se presente em mais de 390 municípios do estado da Bahia. Segundo a Diretoria de Organização da entidade, possui mais de 80 mil filiações, o que a coloca como segundo maior sindicato do Brasil, em número de filiações, ficando atrás da APEOSP/São Paulo.

⁵ A Delegacia Costa do Descobrimento possui algo próximo de 2.500 filiações.



quaisquer possibilidades. O fato é que não foi possível participar da disputa eleitoral do referido pleito (2006).

Realizada a eleição de 2006, ocorreu a continuidade do grupo que estava à frente da entidade sindical, com previsão para a próxima eleição acontecer três anos depois, em 2009. Nesse interstício, a ATEPS continuou atuando da mesma forma, com compromisso e responsabilidade, especialmente realizando denúncias sobre as condições em que a educação municipal acontecia. Ao mesmo tempo, cobrava postura do sindicato, diante das diversas realidades postas, bem como trabalhava para fortalecer e ampliar as lutas no município.

Passados três anos, depois de muitas ações realizadas e a ampliação do seu reconhecimento, se estendendo também aos municípios que compõem a delegacia, nas eleições de 2009, após entender melhor a “regra do jogo” (Bourdieu, 2004), o grupo que estava à frente da ATEPS conseguiu articulação suficiente para montar uma chapa, com o intuito de disputar as eleições sindicais, as quais ocorreram nos dias 08 e 09 de junho de 2009. Nesse pleito, o grupo que estava à frente da associação conseguiu participar da disputa. Vale destacar que, dos 10 anos de existência do sindicato, pela primeira vez a eleição ocorreu com duas chapas disputando (Chapa 1 e Chapa 2). O resultado indicou a vitória da Chapa 2, composta por membros do grupo que representava a associação. Um mês depois, a nova diretoria tomou posse, ocorrida no dia 11 de julho de 2009⁶.

Com a experiência advinda da ATEPS, o sindicato passou a ter nova postura diante de sua base. O primeiro ato foi trazer a sede do sindicato para o centro da cidade, tornando-a mais acessível. Vale ressaltar que, após a posse, em menos de um mês o sindicato, que possuía pouco mais de 300 filiações, já contava com um total de mais de 500 filiações. As assembleias, com a participação significativamente maior, passaram a acontecer também nos bairros periféricos.

O fato é que essa nova diretoria e as ações implementadas por ela passaram a incomodar a gestão municipal e os grupos políticos ligados a ela. Assim, a gestão se

⁶ Cabe aqui lembrar da importante contribuição do companheiro Ademário Sena, professor da Rede Estadual de Ensino da Bahia, morador de Salvador que, com muita dedicação, disposição e sensibilidade, contribuiu e continua contribuindo com o movimento sindical de Porto Seguro, desde 2009. Com a criação do CONEPS, tem participado desde a sua primeira edição.

colocou de forma indiferente ao movimento e às suas reivindicações. O prefeito não atendia, tampouco reconhecia os direitos da categoria.

Tal postura, por parte da gestão municipal, conduziu o movimento, depois de muitas tentativas, a deflagrar paralisações, como forma de sinalizar que o diálogo precisava acontecer. Além disso, o sindicato fundamentou denúncias e as apresentou ao Ministério Público Estadual, apontando possível desvio de verbas da educação.

Sem qualquer sinal de diálogo, a greve foi decretada e iniciada no dia 17 de setembro de 2009, mesmo dia em que a emboscada foi armada no sítio onde o presidente do sindicato, Professor Álvaro Henrique Santos, morava com sua família. Nesse dia, Álvaro e mais um colega de trabalho, Professor Elisney Pereira, foram alvejados. Elisney foi a óbito na hora, e Álvaro, seis dias depois. Cabe destacar que Álvaro havia tomado posse como presidente do sindicato em 11 de julho de 2009, menos de três meses do covarde ataque.

A trama, por parte dos assassinos, contou com a presença de três pessoas armadas no sítio onde Álvaro (presidente do sindicato) morava com sua mãe (também professora do município de Porto Seguro), seu filho (com deficiência) e seu irmão. A residência era composta por um quarto independente mais uma casa com três cômodos, sendo uma sala conjugada com a cozinha, no dito modelo americano, um banheiro e um quarto.

A emboscada⁷, tudo indica, tinha como plano aguardar a chegada de Álvaro, mas como ele demorou, pelo fato de estar acompanhando as reuniões que aconteciam nas escolas, por conta de se tratar do primeiro dia de greve, os dois homens que estavam com a mãe e o filho do diretor sindical, com armas apontadas para a cabeça da criança⁸, obrigou a avó a ligar para o filho (Álvaro), alegando que o neto estava passando mal. Ao saber da notícia, Álvaro pegou o carro do sindicato e, com Elisney, partiu para o sítio. Ao chegarem, foram covardemente “metralhados”. Ao abrir a porta, Elisney, que ia à frente, foi atingido pelos dois que estavam dentro da casa, e caiu sem vida. Álvaro, que estava

⁷ Já há alguns dias Álvaro estava trabalhando com a ideia de que estaria sendo seguido. O fato se agravou após seu posicionamento contra o despejo, inclusive, usando espaço cedido na Câmara, das pessoas que mantinham uma feirinha ao lado do estádio, há décadas. Após esse episódio e de alguns acontecimentos estranhos, o presidente do sindicato deixou de dormir em sua casa, situada na Roça do Povo, como forma de se proteger, já que sua residência ficava localizada em local mais afastado do centro urbano.

⁸ O garoto, hoje com 18 anos, nasceu com microcefalia. Vive uma vida vegetativa. Não anda, não fala, não enxerga e se alimenta por uma sonda, consequência de problemas no momento do parto. Precisa viver sempre próximo a um aparelho de broncoaspiração.



logo atrás, foi alvejado, especialmente, pelo matador que estava no quarto (no cômodo independente) com seu irmão. Ao executarem a ação, os assassinos fugiram. Álvaro estava com vida. Em decorrência do sangue que o atrapalhava respirar, pediu a sua desesperada mãe que colocasse um apoio para erguer a sua cabeça, o que facilitaria a sua respiração.

Álvaro, gravemente baleado, foi conduzido ao Hospital Luiz Eduardo Magalhães. Com a circulação da notícia, uma vigília foi formada. Com a articulação política do grupo, foi encaminhada a Porto Seguro, uma UTI aérea, para levá-lo à capital, Salvador. Um pouco antes das cinco da manhã, a aeronave levantou voo, conduzindo o presidente do sindicato baleado. Seis dias depois, em 23 de setembro, às 16h, Álvaro foi a óbito.

O crime, considerado de mando, de acordo com o MPE, por conta das denúncias realizadas pelo sindicato, apontou o secretário de governo municipal como mandante. Inicialmente, três policiais militares também foram arrolados, exatamente os que atuavam na segurança do prefeito daquela época. Contudo, dos três PMs, apenas dois foram apontados como contratantes dos executores. Tais policiais e o então secretário de governo, apontado como mandante do crime⁹, foram pronunciados pelo MPE, a Juri Popular.

Diante dos fatos, pressupõe-se que o objetivo central do crime era silenciar o movimento. Contudo, aconteceu exatamente o contrário. O número de filiação passou de um mil, e as mobilizações aconteceram em diversos pontos da cidade, do estado e do país. A BR 101 foi paralisada por três vezes. Houve mobilização em Salvador e Brasília. Um congresso de memória foi criado (Congresso de Educação de Porto Seguro – CONEPS), o qual acontece anualmente. Até 2019 o evento reunia mais de 700 pessoas (por conta de espaço, foi reduzido o número de inscrição para 400). Além disso, todo mês de setembro, outdoors tratando do episódio são distribuídos pela cidade. Também, no dia 17 do referido mês, ocorre uma caminhada, seguida por uma carreata. Em 2025, o CONEPS realizou sua XVI edição.

⁹ Cabe aqui destacar que, durante o processo, algumas pessoas foram executadas. De acordo com o MPE, todas vinculadas ao fato em tela. Foram mortas como queima de arquivo, com exceção de um rapaz, alvo de mais de dez tiros, que sobreviveu e foi usado como testemunha de acusação.

Além do que já foi mencionado, o movimento conseguiu colocar os criminosos na cadeia, ainda em 2010, por, aproximadamente, 10 meses. Durante o julgamento, ocorrido no Fórum de Porto Seguro, houve vigília em frente ao prédio do Fórum Dr. Osório Borges de Menezes. A multidão não “arredou o pé”. Recentemente, o processo foi concluído, chegando à última instância (STF). Está sendo aguardada a data do Júri Popular. Os policiais militares deveriam ter sido julgados desde 2016, enquanto o secretário, o único a recorrer até a última instância, a partir de 2021.

O que cabe ressaltar, aqui, é que, diferentemente daquilo que supostamente foi pensado, o movimento sindical se agigantou. Em 2012, foram aprovadas duas leis, a do Estatuto (Lei 993/2012) e a do Plano de Carreira (Lei 992/2012), as quais trouxeram significativas vantagens à categoria, especialmente em relação à carreira. O sindicato, por meio de sua representação, alcançou um lugar de muito respeito e prestígio. Aliás, a postura combativa tornou-se referência enquanto entidade sindical do Extremo Sul da Bahia.

3 Da resiliência do movimento sindical às conquistas alcançadas

Entre o final de 2009, depois dos assassinatos, a organização do sindicato ficou um tanto quanto perdida. O vice-presidente que substituiu o professor Álvaro Henrique (assassinado), se perdeu entre lutar por justiça ou pelos direitos coletivos. O fato é que nesse interstício, a diretoria da entidade sindical ficou desorganizada, em certa medida, vista com desconfiança, se comparada ao que aconteceu no início da gestão do sindicato.

A escolha pelo recorte temporal entre abril de 2012 e outubro de 2018, pode ser justificada pelo fato de ser esse o interstício em que ocorreu a aprovação e nova atualização das já citadas leis. Legislação¹⁰ que surgem, sobretudo como resultado da luta empreendida, de forma mais organizada, a partir de 2004, quando foi criada a Associação dos/as Trabalhadores/as em Educação de Porto Seguro e, posteriormente, empoderada com a chegada do mesmo grupo ao sindicato, e a primeira reformulação ter ocorrido no ano de 2018.

¹⁰ Plano de Carreira (Lei 993/2012) e do Estatuto do Magistério Público (992/2012)

No ano de 2012 o município contava, entre docentes e coordenação pedagógica, com cerca de 900 pessoas no quadro efetivo, a maior parte efetivada por meio dos concursos realizados entre 1993 e 2008 (1993, 1998, 1999, 2000, 2002, 2007 e 2008). Desses processos, uma parcela considerável de servidores/as (especialmente professores/as) teve acesso ao cargo, portando a formação no curso de Magistério, o que eleva, sobremaneira, as mudanças de nível do quadro Especial para o I.

Porto Seguro, apesar de ser uma cidade que traz como marca o local do suposto “descobrimento”, não tinha instituição de ensino superior acessível até o início dos anos 2000. O curso na área de educação mais próximo estava localizado a 65 KM da cidade. Só a partir de 2003, surgiram as primeiras instituições ofertando licenciaturas.

O primeiro concurso público na área da educação aconteceu em 1993. O primeiro Plano de Carreira do Município é datado de 1998. Tal documento, apesar de existir, esteve engavetado. Em 2001, houve a primeira atualização, a qual produziu novas possibilidades e garantias em relação à carreira (também invisibilizada para a esmagadora maioria da rede), como, por exemplo, a dedicação exclusiva. Essa gratificação garantia o percentual de 10% sobre o salário base. Também fazia parte dessa nova roupagem a gratificação por formação em serviço. A cada 160 horas de curso, garantia o percentual de 2%. Garantiu a progressão por formação em nível superior (Licenciatura), no percentual de 43%, bem como em pós-graduação lato sensu, em 10%. Contudo, foi retirada a licença-prêmio, que constava no anterior. Também não tinha a garantia efetiva da licença para estudos, bem como não havia previsão de gratificação para quem alcançasse o nível de mestrado ou doutorado.

A nova reformulação, além de trazer benefícios antes inexistentes, como licença-prêmio, gratificação para cursos em pós-graduação, na perspectiva do stricto sensu, ampliou os percentuais relacionados aos cursos de formação continuada. Se 160 horas de curso a previsão era de 2%, com a nova lei, 80 horas valiam 5% sobre o salário base. Também trouxe outros percentuais, a depender da carga-horária dos cursos (7%, 10%, 15% e até 20%), como é possível constatar no Artigo 93 da Lei 993/2012:

- I - 20 % aos portadores de certificado de curso com duração mínima de 360 horas;
- II — 15% aos portadores de certificados de cursos com duração mínima de 280 horas;

- III — 10% aos portadores de certificados de cursos com duração mínima de 180 horas a 279 horas;
IV - 7% aos portadores de certificados de cursos com duração mínima de 120 horas a 179 horas;
V - 5% aos portadores de certificados de cursos com duração mínima de 80 horas a 119 horas.

Uma outra garantia importante trazida pela nova legislação diz respeito à licença para estudos. Além dessa, também merecem destaques a proposição da carreira para o Grupo Ocupacional do Magistério e a eleição direta para gestor/a escolar.

Tabela 1¹¹

APROVAÇÃO DA COMISSÃO DE GESTÃO, NO ANO DE 2012	
Mudança de Nível Especial para I	55 docentes – 43% incorporados no salário base
Mudança de Nível I para II	54 docentes – 9,09% incorporados no salário base
Mudança de Nível II para III	5 docentes – 45,95% incorporados no salário base
Dedicação Exclusiva	124 docentes – 10% de gratificação
Gratificação por Formação Continuada	31 docentes – 16 com 2%; 8 com 4%, 6 com 6% e 1 com 10%
Alteração de Jornada de Trabalho	306 docentes – 20h para 40h semanais
Licença para Estudos (stricto sensu)	01 docente – 2 ou 4 anos

Dos concursos realizados em Porto Seguro, para o cargo de docente, só o de 1998 foi com jornada de 40h semanais. O de 1999 tinha previsão de 25h semanais, e os demais, apenas 20h. Assim sendo, é possível perceber, na tabela 1, que no ano de 2012, a partir do segundo semestre, aproximadamente, um terço da rede, por meio de requerimento protocolado junto ao setor de Recursos Humanos – RH – da Secretaria de Educação – SEDUC, obteve a alteração de jornada de 20 ou 25 para 40h semanais, prevista no Artigo 40 da lei 992/2012.

Essa mudança tem como objetivo garantir a estabilidade quanto à remuneração do/a servidor/a. Sem essa mudança legal, o município tende a pagar todas as vantagens previstas na carreira sobre a carga horária do concurso.

Tabela 2

APROVAÇÃO DA COMISSÃO DE GESTÃO, NO ANO DE 2013	
Mudança de Nível Especial para I	127 docentes – 43% incorporados no salário base
Mudança de Nível I para II	136 docentes – 9,09% incorporados no salário base
Mudança de Nível II para III	01 docentes – 45,95% incorporados no salário base

¹¹ Todos os dados contidos nesta e nas demais tabelas foram acessados nos documentos produzidos pela Comissão de Gestão que se encontram arquivados na sede da APLB-Sindicato.

Dedicação Exclusiva	150 docentes – 10% de gratificação
Gratificação por Formação Continuada	02 docentes – 01 com 15% e 01 com 20%
Alteração de Jornada de Trabalho	144 docentes – 20h para 40h semanais
Licença para Estudos (stricto sensu)	01 docente – 2 ou 4 anos

A tabela 2 aponta que mais servidores/as tiveram acesso à carreira. O número que representa as pessoas que realizaram formação no nível superior saiu de 55, em 2012, para 127, em 2013. Esse é um fator que sinaliza a suposta qualificação da rede, ao mesmo tempo em que garante a valorização do professor/a, por meio da formação. Em comparação a 2012, passamos a ter mais especialistas na rede, saímos de 54 para 136.

Tabela 3

APROVAÇÃO DA COMISSÃO DE GESTÃO, NO ANO DE 2014	
Mudança de Nível Especial para I	53 docentes – 43% incorporados no salário base
Mudança de Nível I para II	89 docentes – 9,09% incorporados no salário base
Mudança de Nível II para III	06 docentes – 45,95% incorporados no salário base
Dedicação Exclusiva	24 docentes – 10% de gratificação
Gratificação por Formação Continuada	492 docentes – 180 com 5%; 17 com 7%; 137 com 10%; 102 com 15%; 51 com 20%; 02 com 25%; 01 com 27% e 02 com 30%
Alteração de Jornada de Trabalho	12 docentes – 20h para 40h semanais
Licença para Estudos (stricto sensu)	03 docentes – 2 ou 4 anos

Na tabela 3, merece destaque o número de requerimentos solicitando gratificação por formação em serviço, prevista no Artigo 98 da Lei 992/2012. Os dados apontam que 492 servidores/as solicitaram tal vantagem.

Todavia, a tabela traz alguns percentuais diferentes daqueles que constam na lei. A explicação sobre esses casos diz respeito ao fato de que trata do valor que completaria o que a lei determina, que cada servidor/a só pode ter no máximo 50% em títulos como gratificação. É o que estabelece o § 2º do artigo acima mencionado, quando afirma: “É permitida a percepção cumulativa dos percentuais previstos neste artigo desde que decorrentes de cursos diferentes limitados ao percentual máximo de 50%”.

Tabela 4

APROVAÇÃO DA COMISSÃO DE GESTÃO, NO ANO DE 2015	
Mudança de Nível Especial para I	36 docentes – 43% incorporados no salário base
Mudança de Nível I para II	60 docentes – 9,09% incorporados no salário base
Mudança de Nível II para III	05 docentes – 45,95% incorporados no salário base
Mudança de Nível III para IV	01 docente – 17,83% incorporados no salário base
Dedicação Exclusiva	13 docentes – 10% de gratificação

Gratificação por Formação Continuada	454 docentes – 01 com 3%; 123 com 5%; 78 com 7%; 01 com 9%; 156 com 10%; 137 com 10%; 36 com 15%; 01 com 16% e 58 com 20%
Alteração de Jornada de Trabalho	07 docentes – 20h para 40h semanais
Licença para Estudos (stricto sensu)	11 docentes – 2 ou 4 anos

Nessa tabela merece destaque duas questões, em especial. A rede ganha seu primeiro Doutor, ao mesmo tempo em que amplia o número de licenças para estudos, seja no nível de mestrado e/ou doutorado, prevista no Artigo 112 da Lei 992/2012. Ainda se coloca em destaque o número de solicitação para formação continuada, bem como o de solicitação por formação¹² continuada, 454 requerimentos.

Tabela 5

APROVAÇÃO DA COMISSÃO DE GESTÃO, NO ANO DE 2016	
Mudança de Nível Especial para I	08 docentes – 43% incorporados no salário base
Mudança de Nível I para II	26 docentes – 9,09% incorporados no salário base
Mudança de Nível II para III	06 docentes – 45,95% incorporados no salário base
Dedicação Exclusiva	04 docentes – 10% de gratificação
Gratificação por Formação Continuada	01 docente com 35%
Alteração de Jornada de Trabalho	01 docente – 20h para 40h semanais
Licença para Estudos (stricto sensu)	13 docentes – 2 ou 4 anos

No ano de 2016, como mostra a tabela acima, ganha destaque o número de licenças para estudos, seja no nível de mestrado e/ou doutorado. Cabe aqui até uma observação: muitas pessoas que compõem o quadro da rede municipal de ensino de Porto Seguro ainda não conseguem enxergar o tamanho dessa conquista, a de ter a possibilidade de se dedicar, de forma exclusiva, aos estudos, sem prejuízo salarial.

Tabela 6

APROVAÇÃO DA COMISSÃO DE GESTÃO, NO ANO DE 2017	
Mudança de Nível do Grupo Ocupacional do Magistério – I para II	60 profissionais – 10% incorporados no salário base
Mudança de Nível Especial para I	37 docentes – 43% incorporados no salário base
Mudança de Nível I para II	94 docentes – 9,09% incorporados no salário base

¹² Entre 1998 a 2004, só houve 10% de reposição salarial. De 2005 a 2008 foi possível recuperar parte das perdas acumuladas. Entre 2009 e 2012, a conquista mais expressiva foi a aprovação do Estatuto e do Plano de Carreira do Magistério Público (Leis 992 e 993, de abril de 2012). Nesse período o movimento não teve reposição salarial, tampouco acesso à carreira.

Mudança de Nível II para III	15 docentes – 45,95% incorporados no salário base
Mudança de Nível III para IV	01 docente – 17,83% incorporados no salário base
Dedicação Exclusiva	22 docentes – 10% de gratificação
Gratificação por Formação Continuada	02 profissionais - 01 com 15% e 01 com 20%
Licença para Estudos (stricto sensu)	07 docentes – 2 ou 4 anos

Na tabela que representa o ano de 2017, merece destaque o alcance da carreira por parte das pessoas que atua limpando, fazendo a alimentação, na secretaria e/ou na manutenção das unidades escolares, seja da sede e/ou do interior do município. Esses/as servidores/as são denominados/as pelas leis 992 e 993/2012, como parte do Grupo Ocupacional do Magistério. Nesse caso, os dados apontam que, em 2017, 60 profissionais de diversas áreas realizaram formação em nível técnico, por meio do Profuncionário. A tal possibilidade foi instituída pelo Decreto Federal nº 7.415/2010, que estabeleceu a Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica e dispôs sobre o Programa de Formação Inicial em Serviço dos Profissionais da Educação Básica dos Sistemas de Ensino Público (Profuncionário).

Tabela 7

APROVAÇÃO DA COMISSÃO DE GESTÃO, NO ANO DE 2018	
Mudança de Nível do Grupo Ocupacional de Apoio – I para II	01 profissionais – 10% incorporados no salário base
Mudança de Nível Especial para I	06 docentes – 43% incorporados no salário base
Mudança de Nível I para II	37 docentes – 9,09% incorporados no salário base
Mudança de Nível II para III	18 docentes – 45,95% incorporados no salário base
Mudança de Nível III para IV	01 docente – 17,83% incorporados no salário base
Dedicação Exclusiva	16 docentes – 10% de gratificação
Gratificação por Formação Continuada	365 profissionais – 01 com 1%; 1 com 2%; 01 com 3%; 01 com 4%; 105 com 5%; 01 com 6%; 70 com 7%; 01 com 8%; 54 com 10%; 01 com 11%; 01 com 13%; 01 com 14%; 16 com 15%; 02 com 18%; 01 com 19% e 108 com 20%
Alteração de Jornada de Trabalho	04 docentes – 20h para 40h semanais
Licença para Estudos (stricto sensu)	11 docentes – 2 ou 4 anos

Por fim, a última tabela desse período. Aqui cabe algumas análises. A primeira diz respeito ao pedido de mudança de nível, do Especial para o I. Pelo que é possível perceber, caiu drasticamente. É um sinal de que a rede foi, em alguma medida, qualificada. Se em 2012 foram 55 requerimentos e em 2013, 127, em 2018 são somente seis solicitações.

Considerações Finais

À vista de toda essa exposição, é possível afirmar que, mesmo diante da tragédia vivida em setembro de 2009, o movimento conseguiu se manter vivo e de forma maximizada. Se no início de 2009 o número de pessoas filiadas era um pouco mais de 300, após a vitória da chapa 2 e a posse, em julho do referido ano, esse grupo já passava de 500 filiações.

Em 2012, ocorreu a reformulação do Estatuto e do Plano de Carreira do Magistério Público, leis que trouxeram significativas progressões na carreira do/a profissional da educação. Como exemplo, citamos a unificação das carreiras, nesse caso, do quadro docente com o Grupo Ocupacional do Magistério, antecipando o que seria uma determinação do Plano Nacional de Educação de 2014.

Em meio a tantas pautas, havia a de maior peso, a que tem por finalidade a condenação das pessoas envolvidas no crime e pronunciadas a júri popular. Uma das formas de travar essa luta foi criando um evento que busca garantir a memória dos companheiros, ao mesmo tempo em que realiza formação política, sindical e pedagógica a, pelo menos, 5 municípios da região.

Em 2013, o sindicato já tinha mais de mil pessoas filiadas, chegando a 1.200 em 2015. Além disso, o movimento conseguiu comprar, reformar e ampliar uma sede própria, no centro da cidade, hoje com valor estimado em, aproximadamente, 5 milhões de reais.

Em tempo, cabe fazer alguns destaques que foram significativos nesses anos que correspondem ao interstício entre segundo semestre de 2012 a outubro de 2018. Em relação à mudança do nível Especial (quem possuía o curso de Magistério) para o nível I (para quem alcançou Licenciatura), 322 pessoas fizeram essa transição. Quanto à mudança do nível I (quem alcançou Licenciatura) para o nível II (realizou a pós-graduação *Latu Sensu*), 496 profissionais da educação atingiram essa posição. A rede, que no início da nova legislação contava com uma pessoa formada em mestrado, sem progressão de carreira, já que a antiga lei não previa, passou a contar com 56 pessoas no nível III (quem fez mestrado). Em relação ao nível mais elevado previsto na carreira, o de doutor, sem previsão na lei anterior, a rede municipal de ensino passou a contar com três. Importante dizer que 353 pessoas passaram a se dedicar exclusivamente à educação municipal. Sobre a formação em serviço, 1.347 requerimentos foram reconhecidos pela gestão municipal. Desses, 220 foram contemplados com 20%, 156 tiveram garantidos



15%, 348 com 10% e os demais entre 7% e 1%. Ainda, 474 pessoas tiveram a alteração de jornada de 20 para 40 horas semanais, como direito de fato. Por último, não menos importante, 47 profissionais da educação tiveram garantido o direito de ter licença de sua jornada de trabalho para se dedicarem, exclusivamente, à sua qualificação profissional.

Por fim, depois de tantas formações e mobilizações, uma parcela considerável dos/as trabalhadores/as em educação tem plena consciência de que todas as conquistas foram frutos da luta e da resiliência de um grupo coletivamente organizado, sobretudo pela APLB-Sindicato, que desde 2009, sob direção do mesmo grupo político, vem travando debates e mobilizando sua base a continuar de pé, especialmente, pelo fato de que nessas tão árduas conquistas escorreu e ainda escorre o sangue de dois colegas de trabalho, dois amigos, dois pais de família que, pelas pautas da educação, foram covardemente assassinados. Luta que segue!

Referências

BOGO, Ademar. **Identidade e luta de classe**. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17 Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

PORTO SEGURO, Lei 422, de 24 de dezembro de 2001. Dispõe sobre o Plano de Carreira do Magistério Público de Porto Seguro.

PORTO SEGURO, Lei 424, de 24 de dezembro de 2001. Dispõe sobre o Estatuto do Magistério Público de Porto Seguro.

PORTO SEGURO, Lei 992, 04 de abril de 2012. Dispõe sobre o Estatuto do Magistério Público de Porto Seguro.

PORTO SEGURO, Lei 993, 04 de abril de 2012. Dispõe sobre o Plano de Carreira do Magistério Público de Porto Seguro.

SANTOS, Weslen Sandro Moreira; MACHADO, Celia Tanajura. **Movimento sindical docente na Bahia**: a luta contra a precarização na rede pública de ensino na pandemia. Revista Retratos da Escola, Brasília, v. 16, n. 36, p. 959-983, set./dez. 202